



Qualis A4 ISSN: 2675-0236

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [DOAJ](#)

## Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social



### Língua, sociedade e escola: desafios da variação linguística no ensino da língua materna na educação básica

Language, society and school: challenges of linguistic variation in mother tongue teaching in basic education

ARK: 69772/ppds.v8i16.1777

Recebido: 12/05/2026 | Aceito: 28/07/2026 | Publicado on-line: 05/08/2026

**Ana Rosária Soares da Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Uberlândia, MG, UFU, Brasil  
E-mail: ana.rosaria@hotmail.com

**Antonio Luiz Alencar Miranda<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ- Rio de Janeiro, Brasil  
E – Mail: antoniomiranda@professor.uema.br

**Raimunda Nonata Reis Lobão<sup>3</sup>**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro, (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil  
E-mail: profadidireis2021@gmail.com

**Maria Lúcia Aguiar Teixeira<sup>4</sup>**

UNISINOS – Rio Grande do Sul, Brasil  
E-mail: marialuciaaguiart@gmail.com

**Shirlane Maria Batista da Silva Miranda<sup>5</sup>**

Universidade Federal do Piauí – UFPI- Teresina, Piauí, Brasil  
E-mail: shirlanesilva@professor.uema.br

**Dulce Helena Teixeira dos Santos<sup>6</sup>**

UNISINOS – Rio Grande do Sul, Brasil  
E-mail: dulce\_helenas@hotmail.com

**Domitília Lopes de Sousa<sup>7</sup>**

Universidad de la Integración de las Americas- UNIDAS Assunção-PY  
E-mail: domitilialopes@hotmail.com

**Cláudia Maria Magalhães Motta<sup>8</sup>**

Universidade Federal do Piauí – UFPI- Teresina, Piauí, Brasil  
E-mail: claudiamottacx@hotmail.com



<sup>1</sup> Doutora em Letras – Estudos Literários- Universidade Federal de Uberlândia - UFU: Uberlândia – MG, Brasil

<sup>2</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ- Rio de Janeiro, Brasil

<sup>3</sup> Mestre em Língua Portuguesa – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

<sup>4</sup> Doutora em História- - UNISINOS – Rio Grande do Sul, Brasil

<sup>5</sup> Doutora em Educação - Universidade Federal do Piauí – UFPI- Teresina, Piauí, Brasil

<sup>6</sup> Mestre em Educação - UNISINOS – Rio Grande do Sul, Brasil

<sup>7</sup> Doutora em Ciências da Educação Universidad de la Integración de las Americas- UNIDAS Assunção-PY

<sup>8</sup> Mestre em Linguagem/Letras- Universidade Federal do Piauí – UFPI- Teresina, Piauí, Brasil



## Resumo

A variação linguística constitui um fenômeno inerente a todas as línguas naturais e representa uma das principais evidências do caráter dinâmico, histórico e social da linguagem. Entretanto, apesar dos avanços obtidos pelos estudos linguísticos nas últimas décadas, o ensino de Língua Portuguesa ainda apresenta práticas fortemente influenciadas por uma concepção normativa, privilegiando a variedade padrão em detrimento das demais formas de uso da língua. Essa realidade contribui para a manutenção do preconceito linguístico, da exclusão social e das dificuldades enfrentadas por muitos estudantes da Educação Básica no processo de aprendizagem da língua materna. O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre a variação linguística e o ensino de língua materna, discutindo os desafios enfrentados pela escola na valorização da diversidade linguística brasileira e na construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. A pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, fundamentado em autores contemporâneos da Linguística e da Linguística Aplicada, entre eles Marcos Bagno, Carlos Alberto Faraco, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Irandé Antunes, Roxane Rojo, Sírio Possenti, Luiz Carlos Travaglia, João Wanderley Geraldi, Ingedore Villaça Koch e Luiz Antônio Marcuschi, além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados evidenciam que reconhecer a diversidade linguística não significa abandonar o ensino da norma-padrão, mas compreendê-la como uma das variedades da língua, possibilitando ao estudante ampliar sua competência comunicativa e exercer plenamente sua cidadania em diferentes contextos sociais.

**Palavras-chave:** Variação linguística. Ensino de língua materna. Educação Básica. Sociolinguística. Língua Portuguesa.

## Abstract

*Linguistic variation is an inherent phenomenon in all natural languages and represents one of the main pieces of evidence of the dynamic, historical, and social nature of language. However, despite the advances achieved by linguistic studies in recent decades, Portuguese language teaching still presents practices strongly influenced by a normative conception, favoring the standard variety over other forms of language use. This reality contributes to the maintenance of linguistic prejudice, social exclusion, and the difficulties faced by many students in Basic Education during the process of learning their mother tongue. This article aims to analyze the relationship between linguistic variation and mother tongue teaching, discussing the challenges faced by schools in valuing Brazilian linguistic diversity and in developing more inclusive pedagogical practices. The research is characterized as a bibliographic study, based on contemporary authors in Linguistics and Applied Linguistics, including Marcos Bagno, Carlos Alberto Faraco, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Irandé Antunes, Roxane Rojo, Sírio Possenti, Luiz Carlos Travaglia, João Wanderley Geraldi, Ingedore Villaça Koch, and Luiz Antônio Marcuschi, as well as the Brazilian National Common Core Curriculum (BNCC). The results show that recognizing linguistic diversity does not mean abandoning the teaching of the standard norm, but rather understanding it as one of the varieties of language, enabling students to expand their communicative competence and fully exercise their citizenship in different social contexts.*

**Keywords:** Linguistic variation. Mother tongue teaching. Basic Education. Sociolinguistics. Portuguese Language.



## INTRODUÇÃO

A língua ocupa posição central na constituição das relações sociais, culturais e históricas de uma comunidade. É por meio dela que os indivíduos expressam pensamentos, constroem conhecimentos, desenvolvem identidades e estabelecem formas de interação com o mundo. Entretanto, embora frequentemente seja concebida como um sistema homogêneo, a língua caracteriza-se justamente pela diversidade de formas que assume em diferentes grupos sociais, regiões geográficas, contextos comunicativos e momentos históricos.

Os estudos da Sociolinguística demonstraram que toda língua apresenta variações naturais decorrentes de fatores sociais, culturais, econômicos, geográficos, etários e situacionais. Dessa forma, diferentes maneiras de falar não representam erros linguísticos, mas manifestações legítimas da competência comunicativa desenvolvida pelos falantes ao longo de suas experiências sociais.

Apesar desse entendimento consolidado na Linguística contemporânea, a escola brasileira ainda enfrenta dificuldades para incorporar tais conhecimentos às práticas pedagógicas. Em muitos contextos educacionais, permanece predominante uma concepção tradicional de ensino baseada na memorização de regras gramaticais e na valorização exclusiva da norma-padrão, o que frequentemente contribui para a desvalorização das variedades linguísticas utilizadas pelos estudantes. Essa situação torna-se especialmente preocupante na Educação Básica, considerando que a escola constitui um espaço privilegiado para a formação cidadã. Quando determinadas formas de falar são classificadas como "erradas", o julgamento ultrapassa o aspecto linguístico e alcança o próprio sujeito, produzindo situações de discriminação, exclusão e preconceito social.

Segundo Bagno (2024), o preconceito linguístico permanece sendo uma das formas mais naturalizadas de discriminação presentes na sociedade brasileira. Muitas vezes, pessoas são avaliadas intelectualmente não por seus conhecimentos, mas pela variedade linguística que utilizam. Para o autor, a escola possui papel decisivo no combate a esse problema ao desenvolver práticas pedagógicas fundamentadas na diversidade linguística. Nessa mesma senda, Carlos Alberto Faraco (2021) acrescenta que ensinar língua portuguesa não significa impor uma única variedade como legítima, mas ampliar o repertório linguístico dos estudantes, possibilitando-lhes compreender diferentes usos sociais da linguagem. Nessa perspectiva, o domínio da norma-padrão representa uma ampliação das possibilidades comunicativas, e não a substituição da variedade já dominada pelo aluno.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) reforça essa concepção ao estabelecer que o ensino de Língua Portuguesa deve desenvolver competências relacionadas aos diversos usos da linguagem, considerando a pluralidade cultural, social e linguística existente no país. Assim, a aprendizagem da língua deve ocorrer em situações reais de interação, valorizando diferentes gêneros discursivos e práticas sociais de linguagem.

Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre como a escola pode conciliar o ensino da norma-padrão com o reconhecimento das diferentes variedades linguísticas presentes na sociedade brasileira. Essa discussão ultrapassa questões exclusivamente gramaticais e envolve princípios relacionados à inclusão, à cidadania, à democracia e aos direitos linguísticos.

Nesse contexto, o presente artigo busca analisar a importância da variação linguística no ensino da língua materna na Educação Básica, discutindo seus fundamentos



teóricos, seus desafios pedagógicos e suas contribuições para a construção de uma educação linguística mais inclusiva, crítica e socialmente comprometida.

## 1 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA COMO FENÔMENO CONSTITUTIVO DA LÍNGUA

Os avanços dos estudos linguísticos ocorridos ao longo do século XX modificaram profundamente a compreensão sobre o funcionamento das línguas naturais. Enquanto as abordagens tradicionais concebiam a língua como um sistema homogêneo, estável e regido por normas fixas, as pesquisas desenvolvidas pela Sociolinguística demonstraram que toda língua é essencialmente heterogênea, dinâmica e sujeita a constantes transformações decorrentes do uso social.

Essa perspectiva rompe com a ideia de que existe apenas uma forma correta de falar. Na realidade, toda comunidade linguística apresenta diferentes maneiras de utilizar a língua, determinadas por fatores históricos, culturais, econômicos, regionais, geracionais e situacionais. Essas diferenças não comprometem a eficiência da comunicação; ao contrário, revelam a capacidade adaptativa da linguagem diante das múltiplas necessidades sociais dos falantes.

Bortoni-Ricardo (2005) afirma que:

a diversidade linguística constitui uma característica universal das línguas humanas. Nenhuma sociedade apresenta uma língua completamente uniforme, pois as formas de falar refletem diretamente as experiências socioculturais vivenciadas pelos indivíduos (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 21).

Essa compreensão é compartilhada por Bagno (2024), ao defender que a variação linguística não representa um problema a ser corrigido, mas um fenômeno científico que precisa ser compreendido. Para o autor, considerar determinadas variedades como inferiores significa ignorar evidências produzidas por décadas de pesquisas linguísticas e reforçar desigualdades historicamente construídas na sociedade brasileira. Dessa maneira, cada grupo social desenvolve recursos linguísticos próprios, adequados às suas práticas comunicativas.

Um exemplo recorrente pode ser observado nas diferentes formas utilizadas para expressar a segunda pessoa do singular no Brasil. Em algumas regiões, utiliza-se predominantemente “tu”; em outras, “você”; em determinadas localidades, ambos os pronomes coexistem, frequentemente acompanhados por diferentes formas verbais. Todas essas possibilidades cumprem adequadamente sua função comunicativa dentro das respectivas comunidades de fala, não havendo fundamento linguístico para classificá-las como superiores ou inferiores.

Outro exemplo refere-se às variações lexicais existentes entre diferentes regiões brasileiras. Enquanto em determinadas localidades utiliza-se a palavra “mandioca”, em outras predominam os termos “macaxeira” ou “aipim”. Situação semelhante ocorre com palavras como “bergamota”, “mexerica” e “tangerina”, que designam o mesmo fruto em diferentes regiões do país. Essas diferenças ilustram a riqueza cultural da língua portuguesa e evidenciam como o léxico acompanha a diversidade histórica do Brasil.



Nesse sentido, Marcuschi (2008) observa que:

a língua deve ser compreendida prioritariamente como prática social de interação. Os usos linguísticos somente podem ser entendidos considerando os contextos em que são produzidos, os interlocutores envolvidos e os objetivos comunicativos pretendidos (Marcuschi, 2008, p. 46).

Dessa perspectiva, falar corretamente não corresponde apenas ao domínio de regras gramaticais, mas à capacidade de utilizar a linguagem de forma adequada às diferentes situações sociais. Desse modo, essa concepção aproxima-se das contribuições de Koch (2015), que compreende a linguagem como atividade interativa na qual os sentidos são construídos coletivamente pelos participantes da comunicação. Assim, a competência linguística envolve muito mais do que conhecimentos normativos; exige capacidades interpretativas, argumentativas, discursivas e pragmáticas desenvolvidas ao longo das experiências sociais.

Concernente à essa análise, Faraco (2021) destaca que:

a existência de uma norma-padrão não elimina as demais variedades da língua. Pelo contrário, todas coexistem e desempenham funções específicas na sociedade. A norma-padrão ocupa lugar relevante em determinados contextos formais, como documentos oficiais, textos acadêmicos e concursos públicos (Faraco, 2021, p. 42).

variedades utilizadas cotidianamente pela população. A distinção entre norma-padrão e variedades populares constitui um dos pontos centrais da educação linguística contemporânea. O desafio da escola, porém, consiste em ensinar a variedade de prestígio social sem desqualificar as formas de expressão trazidas pelos estudantes. Essa postura favorece tanto o desenvolvimento da competência comunicativa quanto a valorização das identidades culturais presentes no ambiente escolar. Ademais, Geraldi (2013) argumenta que ensinar língua portuguesa significa criar condições para que os estudantes ampliem suas possibilidades de uso da linguagem em diferentes esferas sociais. A aprendizagem deixa de concentrar-se exclusivamente na memorização de regras e passa a privilegiar práticas reais de leitura, escrita, oralidade e análise linguística contextualizada.

A própria BNCC orienta que o ensino da língua materna esteja fundamentado nas práticas sociais da linguagem, promovendo o reconhecimento da diversidade cultural e linguística brasileira. Ao assumir essa perspectiva, a escola contribui para formar sujeitos capazes de compreender que diferentes variedades linguísticas são manifestações legítimas da língua portuguesa, cada uma adequada aos contextos em que circula.

Dessa forma, compreender a variação linguística como característica constitutiva da língua representa condição indispensável para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, o respeito às diferenças e a democratização do ensino da língua materna. O reconhecimento científico da diversidade linguística permite superar concepções prescritivas ainda presentes na educação brasileira e fortalece uma formação linguística voltada para o exercício pleno da cidadania. Entretanto, isso não significa que ela seja linguisticamente superior às demais



## 2 LINGÜÍSTICA, PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E OS DESAFIOS DO ENSINO DA LÍNGUA MATERNA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A discussão sobre a variação linguística no contexto educacional está intimamente relacionada ao fenômeno do preconceito linguístico, uma vez que as diferenças existentes entre as variedades da língua frequentemente deixam de ser compreendidas como manifestações naturais da diversidade sociocultural e passam a ser utilizadas como instrumentos de discriminação social. Na escola, esse problema torna-se particularmente relevante, pois é nesse espaço que muitos estudantes entram em contato, pela primeira vez, com formas institucionalizadas de avaliação de sua própria maneira de falar e escrever.

Historicamente, o ensino de Língua Portuguesa foi estruturado sob uma perspectiva normativa, na qual a gramática tradicional ocupava posição central e era apresentada como o principal instrumento para o desenvolvimento da competência linguística. Nessa concepção, aprender a língua significava memorizar regras, identificar classificações gramaticais e reproduzir modelos considerados corretos. Como consequência, as variedades populares passaram a ser frequentemente associadas à ideia de erro, enquanto a norma-padrão foi tomada como a única forma legítima de expressão.

Bagno (2024) argumenta que esse modelo de ensino contribuiu para fortalecer uma visão equivocada da língua portuguesa, alimentando a crença de que existe apenas um modo correto de falar. Segundo o autor, essa concepção produz consequências que ultrapassam os limites da linguagem, pois a avaliação negativa das variedades linguísticas populares acaba sendo transferida para os próprios falantes, gerando discriminação social, exclusão escolar e reforço das desigualdades historicamente presentes na sociedade brasileira.

Todavia, o preconceito linguístico diferencia-se de outras formas de preconceito por apresentar-se frequentemente de maneira disfarçada. Muitas pessoas afirmam estar criticando apenas a linguagem utilizada por determinado indivíduo quando, na realidade, expressam julgamentos relacionados à sua origem social, nível de escolaridade, região geográfica ou condição econômica. Nesse sentido, a discriminação linguística funciona como mecanismo de manutenção das desigualdades sociais.

A esse respeito, Faraco (2021) observa que:

as variedades linguísticas não possuem maior ou menor valor do ponto de vista científico. O prestígio atribuído a determinadas formas de falar resulta de fatores históricos, políticos e econômicos, e não de características linguísticas intrínsecas (Faraco, 2021, p. 64).

Em outras palavras, determinadas variedades tornam-se socialmente valorizadas porque são utilizadas pelos grupos que historicamente ocupam posições de maior poder, e não porque sejam estruturalmente superiores às demais. Essa reflexão pode ser exemplificada por situações comuns no cotidiano escolar. Expressões como “nós vai”, “os menino chegaram”, “pra mim fazer”, “a gente fomos” ou “as criança brincaram” costumam ser imediatamente classificadas como erros gramaticais. Entretanto, sob a perspectiva da Sociolinguística, essas construções revelam padrões linguísticos sistemáticos presentes em diferentes comunidades de fala e obedecem a regras internas próprias.

O papel da escola, portanto, não consiste em ridicularizar essas formas, mas em ensinar aos estudantes que determinados contextos formais exigem o domínio da norma-padrão, sem negar a legitimidade das variedades utilizadas em outras situações comunicativas. Bortoni-Ricardo (2005) defende que o professor deve atuar como



mediador entre os diferentes repertórios linguísticos presentes na sala de aula. Segundo a autora, o estudante não precisa abandonar sua variedade linguística de origem para aprender a norma-padrão. O processo educativo deve ampliar sua competência comunicativa, possibilitando-lhe transitar entre diferentes modalidades da língua conforme as exigências de cada situação social.

Esse entendimento comunga com a noção de educação linguística defendida por Antunes (2014), para quem ensinar Língua Portuguesa significa desenvolver capacidades efetivas de leitura, escrita, oralidade e reflexão sobre os usos da linguagem. A autora critica práticas pedagógicas centradas exclusivamente na memorização de regras gramaticais, argumentando que o ensino da língua precisa ocorrer em situações reais de comunicação, nas quais os estudantes compreendam as funções sociais da linguagem.

A transformação das práticas pedagógicas exige também mudanças na própria formação docente. Muitos professores foram escolarizados em modelos tradicionais de ensino e, por esse motivo, reproduzem concepções normativas que privilegiam exclusivamente a correção gramatical. Possenti (2012) observa que:

Superar essa realidade depende da incorporação dos conhecimentos produzidos pela Linguística contemporânea aos cursos de formação inicial e continuada dos professores de Língua Portuguesa, possibilitando uma compreensão mais ampla sobre os fenômenos linguísticos e suas relações com os contextos sociais. Essa formação deve contribuir para que os docentes desenvolvam práticas pedagógicas capazes de valorizar a diversidade linguística, combater o preconceito linguístico e promover um ensino da língua materna mais reflexivo, inclusivo e significativo para os estudantes (Possenti, 2012, p. 53).

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), representa um avanço significativo nesse processo ao reconhecer explicitamente a diversidade linguística como componente fundamental da aprendizagem. O documento propõe que os estudantes desenvolvam competências relacionadas ao uso da linguagem em diferentes práticas sociais, valorizando a pluralidade cultural brasileira e promovendo atitudes de respeito às diferenças linguísticas. Segundo a BNCC (Brasil, 2018), o ensino da língua deve favorecer a compreensão de que diferentes variedades linguísticas coexistem na sociedade e possuem funções específicas. Essa orientação rompe com modelos exclusivamente prescritivos e aproxima o ensino escolar das contribuições da Sociolinguística, da Linguística Textual e da Análise do Discurso.

Entretanto, a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta inúmeros desafios. Um dos principais diz respeito à permanência de avaliações centradas apenas na correção normativa. Em muitas escolas, provas e atividades continuam privilegiando exercícios de classificação gramatical, identificação de termos sintáticos e correção de frases isoladas, deixando em segundo plano práticas efetivas de produção textual, argumentação, leitura crítica e interação discursiva.

Nessa mesma compreensão, Rojo (2013) afirma que:

o ensino contemporâneo da língua portuguesa precisa considerar os múltiplos letramentos presentes na sociedade digital. O estudante participa diariamente de diferentes práticas comunicativas envolvendo redes sociais, aplicativos de mensagens, vídeos, podcasts, blogs e plataformas digitais. Ignorar essas formas de uso da linguagem significa afastar a escola das experiências reais vivenciadas pelos alunos (Rojo, 2013, p. 71).



Nesse contexto, o reconhecimento da variação linguística torna-se ainda mais relevante, pois os ambientes digitais ampliam significativamente as possibilidades de uso da língua. Em redes sociais, por exemplo, abreviações, emojis, recursos multimodais e diferentes registros convivem com textos acadêmicos, documentos oficiais e produções jornalísticas. Cada situação exige escolhas linguísticas específicas, reforçando a ideia de adequação comunicativa em vez da simples oposição entre certo e errado.

Compreendida pela lente intelectual de Marcuschi (2008), a língua acompanha as transformações da sociedade e que novos gêneros discursivos surgem continuamente em função das mudanças tecnológicas e culturais. Para este autor:

O ensino da língua materna, portanto, deve preparar os estudantes para compreender e produzir textos em diferentes contextos, respeitando tanto as exigências formais quanto as múltiplas formas de interação presentes na vida cotidiana (Marcuschi, 2008, p. 51).

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre linguagem e identidade cultural. A maneira como cada indivíduo fala constitui parte significativa de sua história de vida, de sua comunidade e de suas experiências sociais. Quando a escola desvaloriza essas formas de expressão, corre o risco de comprometer a autoestima dos estudantes e dificultar sua participação no processo educativo.

Pesquisas em Linguística Aplicada demonstram que estudantes cujas variedades linguísticas são respeitadas tendem a participar mais ativamente das atividades escolares, desenvolvendo maior confiança para produzir textos, argumentar oralmente e construir novos conhecimentos. Isso evidencia que o respeito à diversidade linguística favorece não apenas a aprendizagem da língua, mas também a inclusão escolar e o fortalecimento das relações entre escola, comunidade e cultura.

Assim, compreender o preconceito linguístico como uma questão social, cultural e educacional permite ampliar o papel da escola na formação cidadã. Ensinar a norma-padrão continua sendo uma responsabilidade da Educação Básica; entretanto, esse ensino precisa ocorrer de forma crítica, contextualizada e inclusiva, possibilitando aos estudantes ampliar seus repertórios linguísticos sem abrir mão das identidades construídas em seus diferentes contextos de vida. Somente dessa forma será possível construir uma educação linguística comprometida com os princípios democráticos, com a valorização da diversidade e com a promoção da equidade social.

### **3 O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, FORMAÇÃO DOCENTE E CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA INCLUSIVA**

As transformações ocorridas nas pesquisas linguísticas nas últimas décadas têm provocado mudanças significativas na compreensão do ensino da língua materna. Se anteriormente predominava uma perspectiva centrada na memorização de regras gramaticais e na reprodução da norma-padrão como único modelo legítimo de uso da língua, atualmente a Linguística Aplicada, a Sociolinguística Educacional e os estudos sobre letramentos defendem uma educação linguística comprometida com a diversidade, com a cidadania e com o desenvolvimento das competências comunicativas dos estudantes. Nesse contexto, o ensino da variação linguística deixa de ser um conteúdo secundário e passa a ocupar posição estratégica na formação escolar.

Não se trata apenas de apresentar aos alunos conceitos relacionados às variedades regionais ou sociais da língua portuguesa, mas de promover uma reflexão crítica sobre os



usos da linguagem, suas funções sociais e os processos históricos que produziram diferentes formas de falar no Brasil. Assim, para Travaglia (2018),

ensinar Língua Portuguesa significa possibilitar ao estudante utilizar a linguagem de maneira eficiente nas mais diversas situações comunicativas. O domínio da língua não pode restringir-se ao conhecimento de regras gramaticais isoladas; deve envolver capacidades de interpretação, argumentação, produção textual, escuta, oralidade e adequação discursiva (Travaglia, 2018, p. 61).

Dessa forma, o trabalho com a variação linguística torna-se elemento indispensável para o desenvolvimento da competência comunicativa. Visto que, uma das principais responsabilidades da escola consiste em ensinar aos estudantes que toda escolha linguística depende do contexto em que ocorre a interação. Um mesmo indivíduo modifica naturalmente sua maneira de falar conforme o interlocutor, o ambiente, os objetivos da comunicação e o gênero textual utilizado. Uma conversa entre amigos apresenta características diferentes de uma entrevista de emprego, assim como uma mensagem enviada por aplicativo possui estrutura distinta daquela utilizada em um artigo científico ou em um documento oficial.

Antunes (2014) afirma que ensinar língua portuguesa exige considerar a linguagem em funcionamento. Para a autora:

a aprendizagem torna-se mais significativa quando o estudante compreende as razões pelas quais determinados recursos linguísticos são utilizados em diferentes situações comunicativas. O professor deixa de ocupar exclusivamente a posição de transmissor de regras e assume o papel de mediador da construção do conhecimento linguístico (Antunes, 2014, p. 39).

Essa perspectiva exige profundas mudanças metodológicas. Em vez de priorizar exercícios mecânicos de classificação gramatical, o ensino passa a valorizar práticas reais de leitura, produção de textos, debates, análise de diferentes gêneros discursivos, comparação entre registros linguísticos e reflexão sobre situações concretas de comunicação.

Um exemplo dessa abordagem pode ser desenvolvido a partir da leitura de notícias, letras de músicas, poemas, entrevistas, histórias em quadrinhos, mensagens de redes sociais e documentos oficiais. Ao comparar esses diferentes gêneros, os estudantes percebem que cada um apresenta características linguísticas próprias, determinadas pelos objetivos comunicativos, pelo público-alvo e pelo contexto de circulação. A análise deixa de concentrar-se exclusivamente na identificação de erros e passa a privilegiar a compreensão da adequação linguística.

Outro exemplo consiste na realização de pesquisas sobre as variedades linguísticas presentes na própria comunidade escolar. Os alunos podem entrevistar familiares, moradores do bairro, comerciantes, agricultores, trabalhadores urbanos ou representantes de diferentes grupos culturais, registrando palavras, expressões, construções sintáticas e modos de pronúncia característicos da região. Posteriormente, esse material pode ser analisado coletivamente, permitindo aos estudantes compreender que a diversidade linguística representa patrimônio cultural e histórico da sociedade brasileira.



Bortoni-Ricardo (2005) destaca que a escola deve funcionar como espaço de ampliação do repertório linguístico dos estudantes. Isso significa que ensinar a norma-padrão não implica substituir a variedade utilizada pelo aluno em seu ambiente familiar, mas acrescentar novas possibilidades de uso da linguagem. Essa ampliação favorece a inclusão social, pois possibilita ao estudante participar de diferentes práticas comunicativas sem renunciar à própria identidade cultural.

A valorização das variedades linguísticas também contribui para fortalecer a autoestima dos estudantes. Crianças e adolescentes que percebem respeito por sua forma de falar tendem a participar mais ativamente das atividades escolares, desenvolvendo maior segurança para argumentar, produzir textos e expressar opiniões. Em contrapartida, ambientes escolares marcados pela ridicularização das variedades populares frequentemente produzem insegurança, silêncio e afastamento do processo educativo.

Sob esse entendimento, Geraldi (2013) afirma que:

o ensino da língua deve estar fundamentado nas práticas sociais de linguagem, compreendendo que aprender português envolve participar de situações reais de leitura, escrita, oralidade e reflexão linguística. O conhecimento gramatical continua sendo importante, mas passa a ocupar função instrumental dentro de objetivos comunicativos mais amplos (Geraldi, 2013, p. 21).

A Base Nacional Comum Curricular incorpora essa perspectiva ao organizar o ensino de Língua Portuguesa em torno dos eixos da leitura, da produção textual, da oralidade e da análise linguística/semiótica. O documento propõe que os estudantes desenvolvam competências relacionadas ao uso crítico da linguagem em diferentes contextos sociais, reconhecendo a pluralidade cultural e linguística existente no país.

Outro aspecto relevante refere-se à formação inicial e continuada dos professores. Diversos estudos indicam que muitos docentes ainda encontram dificuldades para transformar os conhecimentos produzidos pela Sociolinguística em práticas efetivas de sala de aula. Em parte, isso decorre da predominância histórica de modelos tradicionais de formação, nos quais a gramática normativa ocupava posição central. Faraco (2021) observa que a atualização da formação docente constitui condição indispensável para a consolidação de uma educação linguística democrática. Par este autor:

O professor precisa conhecer os fundamentos científicos da variação linguística para responder às dúvidas dos estudantes, enfrentar preconceitos presentes no ambiente escolar e planejar atividades coerentes com as orientações curriculares contemporâneas (Faraco, 2021, p. 83).

Além da formação, torna-se também necessária a revisão dos próprios materiais didáticos utilizados nas escolas. Embora os livros didáticos mais recentes apresentem avanços significativos, ainda é possível identificar atividades que tratam determinadas variedades linguísticas exclusivamente como desvios da norma-padrão, sem contextualizar seus usos sociais. A elaboração de materiais que contemplem a diversidade linguística brasileira representa importante desafio para pesquisadores, editoras e sistemas de ensino.

Rojo (2013) ressalta que os novos letramentos ampliaram significativamente as possibilidades de uso da linguagem. A escola precisa preparar os estudantes para atuar em ambientes digitais, nos quais diferentes modalidades comunicativas convivem



simultaneamente. O domínio da língua envolve, atualmente, competências relacionadas à produção de vídeos, podcasts, infográficos, textos multimodais, publicações em redes sociais e diferentes formas de comunicação mediadas pelas tecnologias digitais. Assim, a variação linguística assume novas configurações. Os estudantes transitam diariamente entre registros formais e informais, utilizando diferentes estratégias comunicativas conforme as plataformas digitais, os interlocutores e os objetivos da interação. A compreensão desses fenômenos amplia a noção de competência comunicativa e reforça a necessidade de um ensino contextualizado.

Nesse contexto, Marcuschi (2008) destaca que:

os gêneros discursivos constituem instrumentos fundamentais para o desenvolvimento das capacidades linguísticas. Trabalhar com diferentes gêneros permite aos estudantes compreender que cada situação comunicativa exige escolhas específicas relacionadas ao vocabulário, à organização textual, ao grau de formalidade e aos recursos argumentativos empregados (Marcuschi, 2008, p. 70).

A educação linguística contemporânea também precisa promover o desenvolvimento do pensamento crítico. Discutir preconceito linguístico em sala de aula significa analisar como determinadas formas de discriminação reproduzem desigualdades sociais historicamente construídas. Os estudantes passam a compreender que as avaliações negativas dirigidas às variedades populares frequentemente ocultam preconceitos relacionados à classe social, à origem regional, à escolarização e às identidades culturais.

Bagno (2024) defende que combater o preconceito linguístico representa compromisso ético da escola democrática. Reconhecer a legitimidade das diferentes variedades da língua portuguesa não significa abandonar o ensino da norma-padrão, mas compreender que esta constitui apenas uma das variedades existentes, utilizada em contextos específicos de maior formalidade.

Dessa forma, a escola cumpre simultaneamente duas funções complementares: garante aos estudantes o acesso à variedade de prestígio social, ampliando suas oportunidades acadêmicas e profissionais, e promove o respeito às identidades linguísticas construídas em suas comunidades de origem. Essa dupla responsabilidade fortalece os princípios da educação inclusiva e contribui para a formação de cidadãos capazes de atuar criticamente em uma sociedade plural.

Conclui-se, portanto, que o ensino da variação linguística constitui elemento indispensável para a construção de uma educação linguística comprometida com a democracia, a equidade e os direitos humanos. Ao reconhecer a diversidade como característica constitutiva da língua portuguesa, a escola supera práticas excludentes e favorece o desenvolvimento de competências comunicativas que permitem aos estudantes participar plenamente das diferentes práticas sociais de linguagem presentes na sociedade contemporânea.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a variação linguística constitui um dos aspectos mais relevantes para a compreensão da língua portuguesa como fenômeno social, histórico, cultural e interativo. As contribuições da Sociolinguística demonstram que toda língua é naturalmente heterogênea e dinâmica, refletindo as transformações vivenciadas pelas comunidades de falantes ao longo do



tempo. Sob essa perspectiva, diferentes maneiras de falar não representam desvios ou imperfeições da língua, mas manifestações legítimas de sua diversidade estrutural e funcional.

Constatou-se que, embora os avanços das pesquisas linguísticas tenham produzido mudanças significativas na compreensão científica da linguagem, muitas práticas pedagógicas ainda permanecem fortemente influenciadas por concepções normativas tradicionais. Em diversos contextos escolares, a norma-padrão continua sendo apresentada como a única variedade legítima da língua portuguesa, enquanto as demais formas de uso são frequentemente associadas ao erro, à deficiência linguística ou à falta de escolarização. Essa postura favorece a permanência do preconceito linguístico e contribui para a reprodução das desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira.

Ao analisar as contribuições de Bagno, Faraco, Bortoni-Ricardo, Antunes, Possenti, Travaglia, Geraldi, Koch, Marcuschi e Rojo, verificou-se amplo consenso quanto à necessidade de ressignificar o ensino da língua materna na Educação Básica. Os autores defendem que ensinar Língua Portuguesa não significa substituir a variedade linguística utilizada pelo estudante em seu contexto familiar pela norma-padrão, mas ampliar seu repertório comunicativo, permitindo-lhe utilizar diferentes registros conforme as exigências de cada situação de interação. Essa perspectiva rompe com a dicotomia entre "certo" e "errado" que historicamente marcou o ensino da língua portuguesa. Em seu lugar, ganha destaque o conceito de adequação linguística, segundo o qual cada variedade possui funções específicas nos diferentes contextos sociais. A aprendizagem passa, assim, a privilegiar a reflexão sobre os usos da linguagem, a produção de sentidos, a leitura crítica, a oralidade, a escrita e a capacidade de atuação discursiva dos estudantes.

Outro aspecto identificado neste estudo refere-se ao papel da escola na formação cidadã. Ao reconhecer e valorizar as diferentes variedades linguísticas presentes na comunidade escolar, a instituição fortalece princípios relacionados ao respeito às diferenças, à inclusão social, à valorização da diversidade cultural e à promoção dos direitos humanos. O combate ao preconceito linguístico deixa de constituir apenas uma questão pedagógica e passa a integrar o compromisso ético da educação com a construção de uma sociedade democrática.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), representa importante avanço ao orientar que o ensino de Língua Portuguesa seja organizado em torno das práticas sociais da linguagem, considerando os múltiplos letramentos, os diferentes gêneros discursivos e a pluralidade linguística brasileira. Entretanto, a efetivação dessas diretrizes depende da formação inicial e continuada dos professores, da revisão dos materiais didáticos e da construção de propostas metodológicas coerentes com os conhecimentos produzidos pela Linguística contemporânea.

Também se verificou que o trabalho pedagógico com a variação linguística favorece o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes. Ao compreenderem que diferentes formas de falar coexistem legitimamente na sociedade, os alunos tornam-se capazes de selecionar conscientemente os recursos linguísticos mais adequados às diferentes situações comunicativas, ampliando suas possibilidades de participação acadêmica, profissional e social. Além disso, o reconhecimento da diversidade linguística fortalece a autoestima dos estudantes, especialmente daqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Quando a escola respeita os repertórios linguísticos trazidos pelos alunos, cria condições mais favoráveis para a aprendizagem, para o desenvolvimento da argumentação, da produção textual e da participação ativa nas atividades escolares.



Diante dessas reflexões, conclui-se que a educação linguística contemporânea precisa superar definitivamente práticas exclusivamente prescritivas e assumir uma perspectiva que articule conhecimentos científicos, compromisso social e valorização da diversidade. Ensinar a norma-padrão continua sendo uma função essencial da escola, mas esse ensino deve ocorrer sem desqualificar as demais variedades da língua portuguesa, reconhecendo que todas possuem legitimidade em seus respectivos contextos de uso.

Por fim, reafirma-se que a construção de uma educação linguística inclusiva exige o compromisso coletivo de professores, pesquisadores, gestores, instituições formadoras e sistemas educacionais. Somente por meio da articulação entre teoria linguística, práticas pedagógicas contextualizadas e respeito à diversidade será possível formar cidadãos capazes de utilizar a língua de maneira crítica, consciente e socialmente responsável, contribuindo para uma sociedade mais democrática, plural e linguisticamente justa.

## Referências

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 59. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2024.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- ROJO, Roxane (Org.). **Escola conectada: os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática na escola**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2018.